

Alunas lutam contra violência sexual com mulheres em universidades

(Fantástico, 28/09/2014) Já bastante conhecidas, as festas universitárias brasileiras são constantemente noticiadas na mídia por casos de abuso sexual e violência contra a mulher que acontecem normalmente nos trotes, festas de recepção aos calouros. Desta vez a UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, chama a atenção por cantar músicas que incentivam o estupro. Alvo deste tipo de violência, alunas de universidades dentro e fora do Brasil se mobilizam para combater a atitude em suas comunidades.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Alunas lutam contra violência sexual com mulheres em universidades \(Fantástico, 28/09/2014\)](#)

Eduardo dos Santos Pereira é condenado por cinco estupros, dois assassinatos e crimes conexos no “Caso Queimadas”

(Portal Compromisso e Atitude, 26/09/2014) A maioria do júri, composto por quatro homens e três mulheres, considerou que o réu era responsável pelos estupros, assassinatos das vítimas e crimes conexos. Eduardo foi condenado a 21 anos de reclusão pelo assassinato de Isabela, outros 21 anos pelo assassinato de Michele, 8 anos pelo estupro de Isabela e 7 anos e 6

meses por cada um dos outros quatro estupros. Também foi condenado pelos crimes de cárcere privado, lesão corporal, formação de quadrilha, porte ilegal de armas e corrupção de menores.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Eduardo dos Santos Pereira é condenado por cinco estupros, dois assassinatos e crimes conexos no “Caso Queimadas” \(Portal Compromisso e Atitude, 26/09/2014\)](#)

Leia também: [Mulheres se mobilizam pela condenação máxima para mentor de estupro coletivo](#)

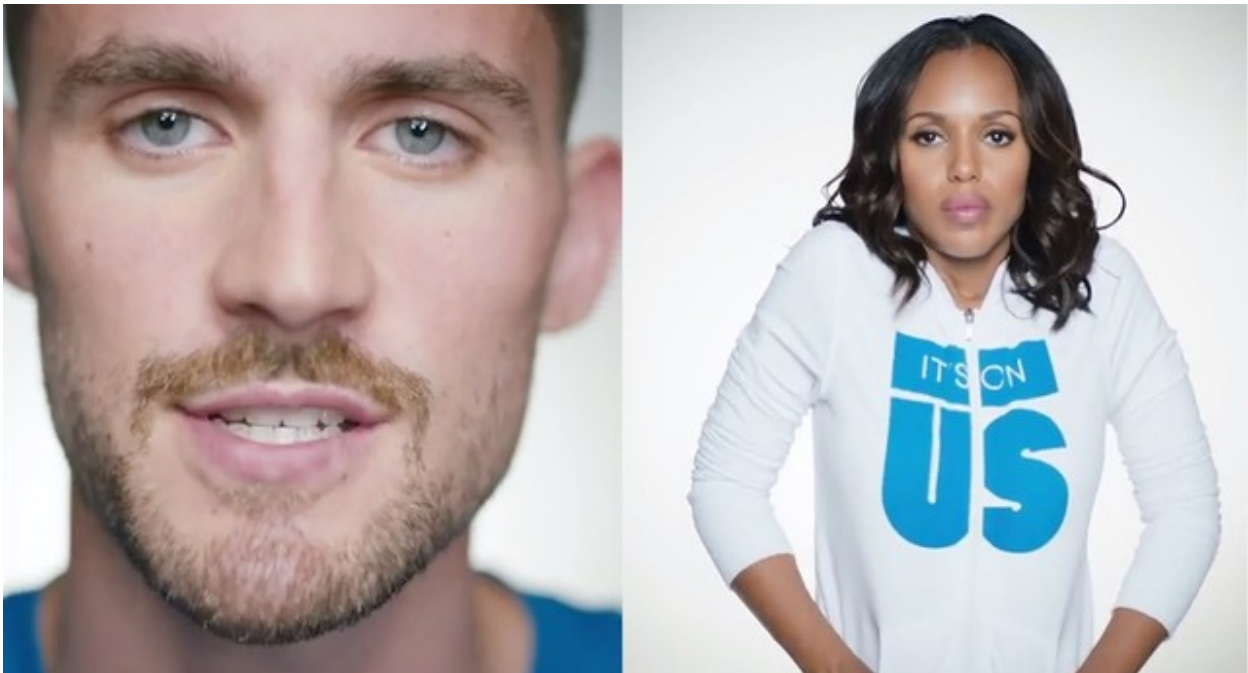
EUA lançam campanha contra violência sexual em universidades

(Época, 19/09/2014) O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e seu vice-presidente, Joe Biden, anunciaram nesta sexta-feira (19) o lançamento da campanha “It’s On Us”, focada no papel de jovens homens na prevenção de estupros em universidades e auxílio a vítimas desse crime. A ação surge a partir da constatação de que uma em cada 5 alunas de faculdades americanas sofre algum tipo de violência sexual durante seus anos de graduação. Porém, só 12% desses casos são reportados. A proporção, no caso dos homens, é de um em cada 71 estudantes.

“Sabemos que homens também sofrem estupro e a probabilidade deles falarem a respeito disso é ainda menor”, afirmou Obama durante a divulgação. “Não são só os pais de garotas que precisam assegurá-las. Os pais de garotos têm de ensiná-los a respeitar as mulheres. É uma promessa de não ser um espectador do problema, e, sim, fazer parte da solução”. Biden convocou os jovens a participar da causa e tomar para si a obrigação de intervir. “A grande maioria dos jovens homens é decente e quer fazer a coisa

certa. É nossa responsabilidade mudar a cultura que propõe perguntas erradas. Nunca é certo para uma mulher questionar ‘o que eu fiz?’. A pergunta certa é ‘por que fizeram isso comigo e quem vai tomar uma atitude?’”.

Os vídeos da campanha - disponíveis no [site oficial](#) e destinados para a exibição nas redes sociais, eventos esportivos e comerciais de TV - contam com a participação de celebridades e patrocinadores para atingir o público alvo. O ator Jon Hamm, a atriz Kerry Washington, o atleta Kevin Love, o músico Questlove e as companhias National Collegiate Athletic Association, College Humour, Viacom Inc. e Eletronic Arts estão entre os apoiadores da iniciativa.



O atleta Kevin Love e a atriz Kerry Washington no vídeo da campanha It's On Us (Foto: Reprodução)

Ao contrário dos demais movimentos de conscientização sobre estupro, It's On Us aborda a questão pelo ponto de vista de quem está em uma festa, faculdade ou situação diária e percebe sinais de que uma violência sexual está para acontecer, explicando como ela pode evitá-la e o que fazer para apoiar quem foi abusado. A campanha sugere as seguintes estratégias:

- Converse com seus amigos aberta e honestamente sobre agressão sexual;

- Não seja uma testemunha - se você vir algo, intervenha do jeito que você puder;
- Confie nos seus instintos. Se algo parece que vai virar uma situação ruim, provavelmente vai;
- Seja direto. Pergunte à pessoa que parece precisar de ajuda se ela está bem;
- Peça ajuda a alguém se você vir algo suspeito;
- Fique de olho em quem bebeu demais;
- Se você vir alguém que está embriagado demais para tomar decisões, chame os amigos dela para ajudá-la a ir embora com segurança;
- Reconheça o risco em potencial de quem diz planejar ir atrás de uma pessoa específica em uma festa;
- Fique atento se alguém está deliberadamente tentando intoxicar, isolar ou encurralar outra pessoa;
- Intervenha criando uma distração, desviando a atenção daquele momento ou separando os dois;
- Entenda que, se a pessoa não consegue ou não quer consentir ao sexo, é estupro;
- Nunca culpe a vítima;

Aqueles interessados em participar são incentivados a [assinar online o compromisso](#) de “reconhecer que uma relação sexual não-consensual é estupro, identificar situações em que uma agressão sexual pode ocorrer, intervir quando o consentimento não foi ou não pode ser dado e criar um ambiente em que abusos sexuais são inaceitáveis e sobreviventes são apoiados”.

Em contexto

Em janeiro, a Casa Branca formou uma força tarefa para combater a insegurança sexual nas universidades depois de vítimas exigirem que o Departamento de Educação as responsabilizasse por ignorar os casos relatados. Em abril, Obama e Biden inauguraram uma versão mais tímida do movimento “It’s On Us”, chamado [1is2many](#), e o relatório [Not Alone](#), que apresenta informações e recomendações para as vítimas. O escritório do Departamento de Direitos Civis publicou em maio pela primeira vez uma lista apontando as escolas com altas taxas de violência sexual. 55 instituições foram registradas naquela época - hoje, sob uma movimentação mais intensa de estudantes denunciando ocorrências, o documento conta com 80 nomes.

Um caso da Universidade de Columbia ganhou repercussão recentemente na internet. Emma Sulkowicz, de 21 anos, disse que foi estuprada por um colega na cama de seu próprio dormitório em seu primeiro dia de aula do ano passado, quando era caloura. Após descobrir que outras duas alunas haviam sido abusadas pelo mesmo homem, ela decidiu reportar a ocorrência para a faculdade, mas seu caso foi descontinuado. Neste mês, [ela iniciou um projeto chamado Carry That Weight](#) (“carregue esse peso”, em tradução livre): ela prometeu carregar um colchão para todos os lugares a que for no campus até seu agressor ser banido da universidade. Segundo ela, a proposta é um símbolo do fardo que as vítimas de violência sexual são obrigadas a aturar diariamente. Sulkowicz, assim como outras 23 estudantes de Columbia, preencheu o relatório lançado pela força tarefa da Casa Branca para medir a extensão das agressões em campus.

No Brasil, também crescem os movimentos para incentivar as vítimas de violência sexual no ambiente universitário a denunciar seus agressores. ÉPOCA [publicou em julho reportagem](#) sobre como, em diversas universidades públicas e privadas, as mulheres se organizam para combater atos machistas e agressões. Ao conversar com alunas de 13 entidades, onde há grupos feministas, em todas elas, ouviu relatos de violência sexual contra alunas. Como as autoridades universitárias não atuam para deter esse tipo de comportamento, as estudantes optaram pela auto-organização.

[>> Esquadrões antiestupro](#)

Em agosto, [outra reportagem relatou](#) o caso de uma estudante da Faculdade

de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) que diz ter sido estuprada numa festa dentro da faculdade trouxe à tona um problema quase clandestino. Três anos após a denúncia, a investigação não fora concluída.

Isabella Carrera

Acesse no site de origem: [EUA lançam campanha contra violência sexual em universidades \(Época, 19/09/2014\)](#)

O que os principais candidatos à presidência disseram sobre casamento homossexual e aborto

(G1, 14/09/2014) Saiba o que os três candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas disseram sobre casamento homossexual e aborto:

Casamento homossexual

Aécio Neves

Não me oponho à união civil entre homossexuais. Defendo a responsabilidade civil compartilhada entre os parceiros. O Brasil está avançando nesta direção, e a legislação deve acompanhar este avanço da sociedade. Não coloco nenhuma objeção ao fato.

17/08/2006

Sou a favor [da união civil gay]. É a realidade do mundo moderno, ninguém é contra a realidade do mundo. Isso já foi. Respeito quem tem posição divergente, lamento apenas que a pauta da câmara esteja concentrada nisso.

07/04/2013

Tudo que envolver afeto e condições adequadas e, obviamente, assistentes sociais, profissionais do setor que vão fazer essa avaliação, eu não me oporia [a adoção por casais gays]. Se houver, por parte dos profissionais da área, avaliação de que há condições adequadas desses casais criarem a criança, talvez ela fique ali melhor do que nos abrigos e nos albergues.

22/05/2014

Dilma Rousseff

[O Brasil] marcha nesse sentido [de aprovar a união civil] porque o Judiciário vem reconhecendo isso.

21/07/2010

A questão da união civil é uma questão de direitos civis dos cidadãos. Outra coisa diferente é o casamento entre homossexuais. Isso diz respeito às igrejas. Ninguém pode interferir nisso. O que eu assumo a responsabilidade é de jamais mandar ou enviar legislações ou sancioná-las que façam restrições aos direitos das religiões de tomar as posições que consideram corretas de acordo com seu credo.

13/10/2010

A parte relativa a condenar o preconceito contra o homossexual, nós todos temos que endossar. Agora a parte relativa a criminalizar as igrejas quando dentro das igrejas há alguma manifestação que elas não aceitam é um absurdo. É um excesso. Então qual é a minha posição? Há que ter equilíbrio. Você não pode exigir que as igrejas aceitem aquilo que elas não concordam quando elas se reúnem nos seu templos religiosos para exercer a sua fé.

13/10/2010

Marina Silva

O casamento é uma instituição entre pessoas de sexos diferentes, uma instituição que foi pensada há milhares de anos para essa finalidade. Eu não tenho uma posição favorável.

01/06/2010

Eu entendo casamento como sacramento. Como sacramento, eu não acho que deva ser dado esse enquadro. Então eu digo com transparencia que não tenho uma posição favorável. Daí isso significar discriminar as pessoas que tem essa opção, de coibí-las a defender suas bandeiras, isso é outra coisa. Tenho profundo respeito por todas as pessoas (...). Agora se me é perguntado eu prefiro ser transparente. Eu prefiro que o movimento gay olhe para mim e diga: 'a Marina, nesse aspecto, ela não pensa igual a mim'. (...) [Sou a favor] da união civil de bens.

02/06/2010

Em relação a questão dos homossexuais, eu acho que os direitos dos cidadãos são para todos os cidadãos brasileiros. As políticas públicas devem alcançar todos os cidadãos brasileiros independentemente da sua condição de raça, de cor, de religião ou a sua opção sexual. (...) Agora o que as pessoas têm me criticado, e o movimento tem me criticado, é em relação ao casamento, e aí eu digo que tenho uma posição contrária.

14/06/2010

A nossa Constituição assegura liberdade religiosa, e as igrejas, qualquer uma delas que tenha essa questão [do casamento gay] dentro dos seus cânones como sendo algo que não está em acordo (...) com seu livro sagrado, terá o direito de dizê-lo. Não tratando como um problema moral ou de desqualificação das pessoas. É um direito. [Proibir] isso seria ferir a liberdade religiosa das pessoas. Por outro lado, a igreja não pode mandar naquilo que são as leis civis. As pessoas têm direito de ser quem são independente da posição daqueles que creem.

27/02/2013

Independente da orientação sexual do candidato à adoção, a sua qualificação terá que passar por uma avaliação técnica de um especialista indicado pelo Estado, com competência legal para dizer quem está apto ou não para adotar uma criança.

02/07/2014

Aborto

Aécio Neves

Não apóio a legalização do aborto, mas não defendo que a mulher que tomou tal iniciativa seja presa, já que todo crime deve ser seguido de uma condenação. (...) Não questiono a mulher que toma tal atitude, até porque imagino que seja uma decisão muito sofrida para ela.

17/08/2006

As regras atuais [do aborto] são adequadas e suprem as nossas necessidades no momento.

22/05/2014

Dilma Rousseff

Olha, eu acho que tem que haver a descriminalização do aborto. Hoje, no Brasil, isso é um absurdo que não haja a descriminalização.

04/10/2007

Aborto é uma coisa que nenhuma mulher defende, ninguém fala 'eu quero fazer aborto'. Não é uma questão de foro íntimo, meu, seu, da igreja, de quem quer que seja. É algo que eu acredito que é política de saúde pública. Acho que a legislação brasileira nesse ponto é muito clara.

12/05/2010

Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião do País.

15/10/2010

Marina Silva

Não julgo quem o faz. Quando uma mulher recorre ao aborto, está em um momento de dor, sofrimento e desamparo. Mas eu, pessoalmente, não defendo o aborto, defendo a vida. É uma questão de fé. Tenho a clareza, porém, de que o estado deve cumprir as leis que existem. Acho apenas que qualquer mudança nessa legislação, por envolver questões éticas e morais, deveria ser objeto de um plebiscito.

02/09/2009

Eu não faria um aborto e não advogo em favor dele. Mas reconheço que existem argumentos relevantes dos dois lados da discussão. Essas situações acontecem em momentos de muito sofrimento e desamparo e não podem ser tratadas de forma simplista e maniqueísta.

04/02/2010

Eu pessoalmente tenho uma posição contrária ao aborto e defendo que se faça um plebiscito para as propostas que temos hoje sendo debatidas e que não estão previstas em lei. (...) Essa é uma questão complexa, não é uma questão puramente religiosa, ela envolve aspectos de natureza filosófica, envolve aspectos de natureza ética e de natureza moral. Eu defendo que se deva debater. Há um consenso. Há falta de informação sobre o assunto.

14/06/2010

Eu não faria um aborto. Mas o que está na lei é um direito das pessoas. Para as outras questões que não estão na lei, eu defendo que se faça um plebiscito. Se a questão [do aborto de anencéfalos] não tiver sido resolvida pelo Supremo, eu defendo o plebiscito.

17/05/2010

Em relação ao aborto, eu defendi o plebiscito [em 2010] porque é uma questão muito complexa. Envolve uma série de fatores, que não são puramente religiosos. Existem pessoas que não têm nenhuma fé e no entanto defendem radicalmente a vida, que não admitem que se mate um inseto, qualquer coisa do gênero. São questões de natureza política, religiosa,

filosófica.

27/02/2013

Acesse no site de origem: [Na boca do candidato \(G1, 14/09/2014\)](#)

Uma em cada cinco mulheres será vítima de abuso sexual, diz pesquisa

(Marie Claire, 10/09/2014) Números divulgados pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos, revelou que 23 milhões de mulheres nos Estados Unidos vão sofrer violência sexual em algum momento de sua vida, ou seja, uma em cada 5. Os dados foram obtidos a partir de uma pesquisa elaborada pela organização National Intimate Partner and Sexual Violence Survey

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Uma em cada cinco mulheres será vítima de abuso sexual, diz pesquisa \(Marie Claire, 10/09/2014\)](#)

ONU: 120 milhões de mulheres

sofreram abuso sexual antes dos 20 anos

(O Estado de S. Paulo - 04/09/2014) Levantamento da ONU em parceria com a Unicef, mostra que uma em cada dez garotas com menos de 20 anos já foram forçadas a ter relações sexuais. Os dados divulgados nesta quarta-feira são do ano de 2012 e trazem ainda informações sobre tentativas de homicídio e violência doméstica.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [ONU: 120 milhões de mulheres sofreram abuso sexual antes dos 20 anos \(O Estado de S. Paulo, 04/09/2014\)](#)

Violência sexual é mais comum em festas e trotes, diz professora da USP

(G1, 23/08/2014) Casos de estupro e violência sexual dentro da universidade, como a denúncia de uma aluna da medicina da Universidade de São Paulo (USP) em 2011, são mais comuns em três momentos, segundo a antropóloga Heloisa Buarque de Almeida, coordenadora do programa USP Diversidade: nos trotes universitários, quando calouras e calouros são submetidos a atividades definidas por veteranos, nas festas das faculdades e dentro das residências estudantis. Para melhorar o atendimento da universidade às vítimas, o programa, que integra o Núcleo de Direitos da USP, estuda formas de padronizar o acolhimento e a investigação das denúncias de todos os tipos de violência e discriminação, treinar funcionários da segurança e fazer uma pesquisa com a comunidade uspiana para mapear

os casos de violações de direitos.

Heloisa é professora da área de estudos de gênero na antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e começou a pesquisar a questão do estupro na universidade depois de ter sido abordada por coletivos feministas na faculdade. “O que é muito comum é aquela situação da menina que bebe demais, está inconsciente, e os colegas mesmo abusam dela. Mais comum não é ser funcionário, é colega, e isso é mais assustador”, explicou ela ao G1.

O caso da aluna da medicina, que neste mês voltou à tona depois da decisão da delegada que apura o inquérito de indiciar o acusado, ocorreu em uma festa promovida por alunos de medicina. O suspeito é um homem que, de acordo com a delegada, trabalhava com manutenção de ar-condicionado na faculdade.

Mas esse ainda é um dos poucos casos que são registrados na polícia ou na própria Ouvidoria da USP. Heloisa afirma que, embora a multiplicação de coletivos feministas dentro da USP tenha aumentado também o número de pessoas relatando casos de estupro e violência, poucos são levados às instâncias oficiais porque as vítimas têm medo e existe um sentimento de impunidade. Só na USP, Heloisa diz ter sido informada indiretamente de pelo menos 20 casos de estupro ou violência física cometidos por alunos contra alunas nos últimos anos, e só quatro deles fora dos campi.

Ela lembra que o problema não está isolado na USP e diz ter descoberto “fofocas” sobre casos em Santa Catarina, Bahia, Ouro Preto, entre outros. “É fofoca. Mas é fofoca reveladora de alguma coisa que está acontecendo, porque ninguém inventa uma coisa dessas.”

Na Universidade de São Paulo, a investigação dessas denúncias é responsabilidade de cada faculdade. “Depende da posição dos diretores, depende da posição dos professores mais poderosos, os professores titulares. Tem diretor que é pessoa completamente envolvida com direitos humanos, faz comissão de sindicância, ouve as partes. E em algumas unidades os diretores não querem que esses casos sejam apurados”, afirma a antropóloga.

Protocolo de atendimento

A professora Lúcia Vilela Leite Filgueiras, coordenadora do Núcleo de Direitos, ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, diz que o órgão institucional foi criado há dois anos para centralizar e fortalecer diferentes projetos de direitos humanos da universidade, como o de serviços para a terceira idade, atendimento a deficientes físicos, incentivo à economia solidária, a relação com comunidades do entorno e o respeito à diversidade.

Uma das funções do órgão, segundo ela, é tentar elaborar um protocolo comum de ação para as unidades e serviços. “O núcleo serve para articular a universidade. Se tem questões desse tipo, ele tenta ser alguém que faz o meio de campo dos vários órgãos da universidade para tentar resolver. Estamos pensando qual é o protocolo, como a Ouvidoria tem que se comportar. Esse tipo de debate a gente conduz para a universidade achar o seu caminho”, diz.

Atualmente, o órgão que também pode receber denúncias é a Ouvidoria da USP, mas a dificuldade de acolhimento encontrada pelas vítimas muitas vezes faz com que elas desistam de perseguir a punição dos autores. “Esses casos não estão chegando para a ouvidora, porque em outros momentos foram denunciados para a Ouvidoria e ela não conseguiu proteger as pessoas que denunciaram.”

A USP tem ainda uma Superintendência de Assistência Social (SAS) para oferecer auxílio de vários tipos aos estudantes da universidade. O G1 procurou a SAS para saber quantos casos de estupro foram atendidos nos últimos anos e qual é o procedimento padrão indicado para as vítimas, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem.

Propostas para investigar estupros

O USP Diversidade e o Núcleo de Direitos da USP não têm poder de determinar políticas, apenas de educar e sugerir mudanças. Uma das ideias ainda embrionárias é estudar a criação de um comitê que centralize a investigação dos casos, mas a execução dessa mudança depende de uma alteração no regimento interno da USP. Mas, para a professora Heloisa, essa pode ser uma solução para que as pessoas vítimas de violações de direitos se sintam mais confortáveis para denunciar os casos.

Outras propostas são treinar os funcionários da Guarda Universitária sobre como lidar com situações que envolvem os direitos humanos e criar um programa de atendimento às vítimas de estupro dentro do Hospital Universitário, nos moldes do que já acontece no Hospital Peróla Byington, no Centro de São Paulo. Lá, as mulheres passam por exames, recebem tratamentos antiretrovirais e de prevenção à gravidez e ainda têm assistência psicológica.

Heloisa diz que os coletivos feministas são, ainda que informalmente, os espaços que mais têm ajudado as meninas a entenderem que não têm culpa nesse tipo de caso. “O que acontece é que, normalmente, a menina se sente culpada porque pensa: ‘fui eu que bebi demais’. Ela sente vergonha e não conta. Mas agora elas estão percebendo que não é porque beberam demais que os meninos podem abusar delas. E que não precisa espancar para ser estupro.”

Além da conscientização das vítimas, porém, a professora de antropologia diz que ainda é preciso mudar a estrutura oficial de acolhimento e apuração dessas denúncias, principalmente a desigualdade com que elas são tratadas nas diferentes unidades da USP. “Todas as escolas mais tradicionais, que são muito renomadas e de profissões de prestígio, têm clima em que acham que têm que proteger a faculdade. Dizem que não podem denunciar porque é ruim para o nome da escola. Mas o que é ruim para o nome da escola é não denunciar, é não apurar, é não punir.”

Ana Carolina Moreno

Acesse no site de origem: [Violência sexual é mais comum em festas e trotes, diz professora da USP \(G1, 23/08/2014\)](#)

Governo iraquiano promove atos de violência ‘bárbaras’, alerta ONU

(ONU Brasil, 13/08/2014) “Estamos gravemente preocupados com os contínuos relatos de atos de violência, incluindo violência sexual contra mulheres e homens e mulheres adolescentes pertencentes às minorias iraquianas”, disseram os representantes especiais do secretário-geral no Iraque e sobre violência sexual em conflitos, Nickolay Mladenov e Zainab Hawa Bangura, sobre as violações perpetradas pelo grupo ‘Estado Islâmico’ no Iraque.

“Relatos atrozes de raptos e detenções de mulheres, meninas e meninos yazidis, cristãos, turcomanos e Shabak e relatos de estupros selvagens chegaram até nós de uma maneira alarmante”, informaram os dois representantes, alertando que cerca de 1,5 mil yazidis e cristãos podem ter sido submetidos à escravidão sexual.

Eles condenaram de forma veemente esse ato de “barbárie” cujo alvo específico são mulheres e crianças e lembrou que os crimes sexuais constituem “graves violações de direitos humanos” e podem ser considerados “crimes de guerra e contra a humanidade”.

Ambos afirmaram que continuaram a monitorar a situação no país no que concerne à violência sexual “para assegurar responsabilização dos perpetradores e solicitar apoio para os sobreviventes desses atos bárbaros”, disseram.

Acesse no site de origem: [Governo iraquiano promove atos de violência ‘bárbaras’, alerta ONU \(ONU Brasil, 13/08/2014\)](#)

Projeto de Lei no Senado inclui crime de feminicídio no Código Penal

(Última Instância, 07/08/2014) Está em tramitação no Senado Federal Projeto de Lei para incluir o Feminicídio no Código Penal Brasileiro. Se aprovado o feminicídio será tipificado como uma forma de homicídio qualificado, que ocorre em três hipóteses: ocorrência de violência doméstica, de violação sexual, ou quando há mutilação genital. Esta forma qualificada não traz, entretanto, um aumento de pena. A pena para o feminicídio é a mesma prevista no Código Penal para o homicídio qualificado, que é de 12 a 13 anos.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Projeto de Lei no Senado inclui crime de feminicídio no Código Penal \(Última Instância, 07/08/2014\)](#)

Crimes contra as mulheres: do caso Aída Curi nos anos 50 à Lei Maria da Penha

(O Globo, 04/08/2014) A reportagem aborda o aumento dos casos de violência contra a mulher ao longo das últimas décadas e as mudanças decorrentes da criação da Lei Maria da Penha.

Acesse a matéria no portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha: [Crimes contra as mulheres: do caso Aída Curi nos anos 50 à Lei Maria da Penha](#)